

Valor, 10/07/2007

## O quixotismo climático do Brasil



JOSÉ ELI  
DA VEIGA

Quem quiser saber qual pode ser a mais razoável governança do aquecimento global inevitavelmente deverá mergulhar em intricado debate sobre os resultados de dois modelos dos mais complexos, um americano e um britânico.

Deste lado do Atlântico, o DICE ("Dynamic Integrated Model of Climate Change and the Economy"), explorado desde meados dos anos 1970 na Universidade de Yale pela equipe do professor William Nordhaus, sempre indicou que a melhor saída terá o perfil de uma "rampa": os custos do combate devem aumentar ao longo do século, sem imposição de muitos sacrifícios à marcha atual do crescimento do PIB.

Do outro lado, o PAGE ("Policy Analysis of the Greenhouse Effect"), construído em 1991 para a Comissão Europeia, e preferido pela equipe que elaborou o célebre "Stern Review", aconselha um grande "choque": encarar imediatamente os custos de um firme e decidido ataque, pois seus benefícios seriam imensamente superiores aos custos da inação. Melhor impor agora uma redução anual de 1% do PIB mundial do que arriscar futuras reduções superiores a 5%.

São duas análises de primeira linha, que geram um grave dilema para quem está em busca de clareza sobre a melhor maneira de lidar com a mudança climática. E não há como supor que tal divergência possa se dissipar tão cedo, pois ela envolve quatro dificuldades das mais cabeludas: a) o imenso peso do pressuposto ético que determina a escolha da taxa de desconto do futuro; b) a economia do risco, ligada à impossibilidade de uma economia da incerteza; c) a economia da ação coletiva; d) a relação da microeconomia dos mercados, preços e custos com a moderna economia pública. Excelentes indicadores sobre o estado da arte nesse domínio são dois artigos publicados na revista "World Economics", de janeiro-março 2007, por Sir Nicholas Stern com alguns de seus

colaboradores (vol. 8, nº 1, pp. 121-187).

Todavia, ao lado de tão séria - e certamente duradoura - controvérsia sobre a melhor maneira de distribuir no tempo os inevitáveis custos, praticamente não há divergência entre os pesquisadores dos grupos de Nordhaus e Stern no tocante à natureza das medidas econômicas necessárias. Há quase unanimidade sobre uma espécie de "santíssima trindade" da cruzada contra o aquecimento: a) precificar o carbono mediante taxação, comércio e regulação; b) adotar programas que acelerem o surgimento de tecnologias capazes de descarbonizar as matrizes energéticas; c) informar, educar e persuadir os cidadãos sobre as alterações comportamentais que se impõem.

---

**Se já existissem tecnologias para promover a descarbonização de matrizes, até seria possível discutir se seriam onerosas para países emergentes como o Brasil**

---

É altamente deplorável, portanto, que nações das quais mais depende a construção de um verdadeiro regime mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa continuem a expressar, através de seus respectivos corpos diplomáticos, a inércia dos conflitos que precederam o primário e desgastado Protocolo de Kyoto. Demonstram um incrível apego à idéia de responsabilizar e impor prejuízos aos países que mais emitiram no passado, enquanto a referida "santíssima trindade" depende, ao contrário, de uma pragmática cooperação multilateral que certamente criará inúmeras oportunidades de novos negócios, em vez de só distribuir sacrifícios e punições.

O Brasil não foge a essa regra. O contraste de sua ação diplomática com a racionalidade econômica ficou patente em dois recentes episódios de repercussão internacional. No mesmo dia em que a Petrobras se recusava a participar do acordo de corte de emissões de carbono articulado pela ONU entre 150 multinacionais ("Global Compact"), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicava artigo enfatizando que deve ser mantida "a responsabilidade dos países desenvolvidos no controle de emissões" (Valor, 5/7).

Tudo bem que o presidente da Petrobras se sinta obrigado a lembrar que não há como descarbonizar a própria razão de ser

de sua empresa. Mas o que pensar das pérolas que qualquer leitor atento encontra nos propósitos do presidente Lula sobre sua participação na abertura da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, ao lado do presidente da Comissão Européia, Durão Barroso?

Não se pode criticar sua determinação em repudiar qualquer tentativa de se restringir o acesso de populações pobres a padrões mínimos de bem-estar. Ou de rechaçar eventual intenção de forçar os países em desenvolvimento a reduzir seu ritmo de seu crescimento ao adotar tecnologias altamente onerosas.

Mas é inevitável perguntar o que o governo brasileiro está querendo dizer quando utiliza a noção de "bem-estar", e por que ela sempre surge diretamente relacionada à pretensão de reduzir os padrões de consumo nos países desenvolvidos. Também soam muito estranhas as alusões a uma redução do ritmo de crescimento devido à adoção compulsória de tecnologias que seriam altamente onerosas.

Começando pelo final: se já existissem as tecnologias capazes de promover a descarbonização de matrizes energéticas, até seria possível discutir se seriam ou não "altamente onerosas" para países emergentes como o Brasil. Além disso, desde quando ações fulminantes contra queimadas, responsáveis por  $\frac{3}{4}$  das emissões do Brasil, reduziriam seu ritmo de crescimento? De resto, é assustador constatar que o presidente, influenciado pelo Itamaraty, demonstre sonhar com uma redução dos padrões de consumo nos países desenvolvidos. Pior: ele até parece supor que tal redução poderia contribuir para o atendimento das aspirações de bem-estar dos povos dos países pobres.

Não é preciso ir mais longe para que se perceba o quixotismo do discurso oficial do Brasil sobre a questão do aquecimento global. Em vez de sintonizá-lo ao debate econômico internacional, e ao consenso que ele já gerou, apóia-se em pueril abordagem geopolítica segundo a qual os países mais desenvolvidos só conseguem se entender quando conspiram contra os menos desenvolvidos. E o mais irônico é que uma drástica redução das atuais emissões de carbono do Brasil não depende de qualquer invenção. Apenas de efetiva aplicação de leis.

José Eli da Veiga é professor-titular do Departamento de Economia da FEA/USP, de cujo Núcleo de Economia Socioambiental (NESA) é coordenador. Página web: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br) .